

SIMPÓSIO TRANSEXUALIDADE NO BRASIL: DILEMAS E PERSPECTIVAS, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Déborah Emmily de Carvalho (1), ORCID ID 0000-0002-8068-3598; Ana Beatriz Gusmão de Almeida (1), ORCID ID 0000-0003-2489-6502; Giulia Antoni Ferreira Rocha (1), ORCID ID 0000-0002-2625-280X; Júlia Feitosa Brito dos Santos (1), ORCID ID 0000-0002-8749-7085; Kallyandra Maria Hermínio Pessoa e Silva (1), ORCID ID 0000-0002-2087-8879; Maria Brenda Clemente Lima (1), ORCID ID 0000-0003-2899-1443; Matheus Duarte Rodrigues (1), ORCID ID 0000-0002-7992-4200; Thamires da Silva Sampaio Medrado (1), ORCID ID 0000-0003-3260-4936;

Ana Maria Medeiros de Ataiades (2), ORCID ID 0000-0002-2896-4421

FILIAÇÃO

(1) Universidade de Pernambuco, campus Santo Amaro, Faculdade de Ciências Médicas, Estudante de Medicina.

(2) Universidade de Pernambuco, campus Santo Amaro, Faculdade de Ciências Médicas. Professora Assistente do Instituto de Ciências Biológicas da UPE.

AUTOR CORRESPONDENTE

Déborah Emmily de Carvalho; carvalho_deborah@outlook.com; Rua Desembargador João Pereira, 4177, Bl B Apto 202. CEP : 64053-040; Universidade de Pernambuco, campus Santo Amaro, Faculdade de Ciências Médicas.

MENSAGENS-CHAVE

- O que já é conhecido sobre o tema? A população transexual brasileira usufrui de políticas públicas permeadas ainda por estigmas sociais construídos historicamente.
- Quais são as novas descobertas? Parte da sociedade não tem conhecimento suficiente sobre os dilemas e perspectivas da população trans na saúde e gostaria de ter acesso a esse conteúdo.
- Em que implicam essas novas descobertas? Servir de inspiração para outras atividades, ampliar a discussão e incluir a temática nas bases curriculares.
- Quais as consequências dos achados? Gradativamente, mitigar os dilemas e melhorar as perspectivas da população transexual no Brasil.

RESUMO

INTRODUÇÃO: A precarização de políticas públicas de acesso à saúde e a noção puramente biomédica que permeia os cursos da área da saúde comprometem a garantia de saúde integral à população trans no cenário brasileiro. Tendo isso em vista, o objetivo deste relato é descrever a realização de um simpósio virtual sobre a saúde da população trans, assim como discorrer sobre as vantagens e dificuldades ao desenvolvê-lo. **RELATO DE EXPERIÊNCIA:** A atividade “Simpósio Transexualidade no Brasil: Dilemas e Perspectivas” foi idealizada em uma Reunião de Planejamento de Atividades, com subsequente seleção dos 8 estudantes de medicina interessados em coordená-la. As inscrições do Simpósio foram realizadas a partir da plataforma Even3, utilizando-se do Instagram e WhatsApp como meios de divulgação. O evento foi realizado entre 07 e 15 de abril de 2021, com transmissões realizadas através do Youtube. Tanto as palestras quanto as mesas redondas foram conduzidas, em sua maioria, por pessoas trans e contaram com 355 ouvintes, entre profissionais e estudantes de saúde e de outras áreas. **DISCUSSÃO:** Pelas atividades realizadas notou-se a capacidade do evento em elucidar particularidades do atendimento em saúde a essa população. Além disso, evidenciou a abordagem superficial e pouco humanizada que muitas universidades retratam essa temática tão essencial para a formação de um profissional de saúde, ressaltando a importância da existência de políticas públicas de amparo para esse público. **CONCLUSÃO:** O Simpósio cumpriu seu objetivo de somar-se às iniciativas de educação em saúde a respeito do cuidado humanizado voltado para a população trans. Logo, outras iniciativas similares devem ser desenvolvidas no intuito de promover discussões a respeito do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de Gênero; Pessoas Transgênero; Serviços de Saúde para Pessoas Transgênero

ABSTRACT

INTRODUCTION: The precariousness of public policies on access to health and the purely biomedical notion that permeates health related courses compromise the guarantee of integral health to the trans population in the Brazilian scenario. With this in mind, the objective of this report is to describe the realization of a virtual symposium about trans population health, as well as to discourse about advantages and difficulties in developing it. **EXPERIENCE REPORT:** The activity “Simpósio Transexualidade

no Brasil: Dilemas e Perspectivas” was idealized in an Activity Planning Meeting, with subsequent selection of 8 medicine students interested in coordinating it. The Symposium registrations were made through the Even3 platform, using Instagram and WhatsApp by means of promotion. The event was held between April 7th and 15th, 2021, with transmissions made through YouTube. Both lectures and round tables were conducted, mostly, by trans people and had 355 listeners, including professionals and students from health and other areas. **DISCUSSION:** The impact assessment revealed the great learning and that there is little knowledge and understanding of the participants regarding the needs of the trans population, being evident the capacity of the event to elucidate particularities of the healthcare of this population. Moreover, it evidenced the superficial and little humanized approach that main universities portray as essential for the training of a health professional, highlighting the importance of the existence of public policies to support this public. **CONCLUSION:** The Symposium fulfilled its objective of joining health education initiatives regarding humanized care aimed towards the trans population, however, other similar initiatives should be developed in order to promote discussions on the topic.

KEYWORDS: *Gender Identity; Transgender Persons; Health Services for Transgender People.*

INTRODUÇÃO

A população trans brasileira vive um cenário de extrema vulnerabilidade social, fato reiterado pelas estatísticas alarmantes de violência contra o grupo social [1]. Ademais, os transexuais enfrentam diversos desafios no cotidiano, como a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, também relacionada à precarização de políticas que garantam condições de capacitação e à saúde de qualidade [2]. Esta realidade pode ser analisada sob a ótica de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) apenas recentemente transferiu a transexualidade no Código Internacional de Doenças (CID) de transtorno mental para condições relacionadas à saúde sexual, sendo colocada, pois, como incongruência de gênero [3]. Apesar de ser uma mudança importante, a medicina ainda falha muito ao analisar a população trans apenas pelo viés biológico, esquecendo a multiplicidade de condições sociais e psicológicas inerentes à natureza humana, as quais devem ser minuciosamente analisadas em populações marginalizadas. Nesse cenário, mesmo que haja uma ampliação do conceito do cuidado em saúde ao longo do tempo, como por exemplo a criação, em 2011, do Plano Nacional de Saúde Integral a LGBTs, o processo de saúde e adoecimento não é investigado considerando as particularidades da população, sendo que grandes obstáculos são a desinformação, o desinteresse e, sobretudo, o desrespeito pelos profissionais de saúde [4].

Apesar de todo cidadão ter direito ao atendimento acolhedor e humanizado, segundo a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (Sistema Único de Saúde), a população trans ainda enfrenta discriminação nos serviços de saúde e encara desafios para o usufruto de seus direitos [5]. Há carência na matriz curricular dos cursos de saúde das universidades brasileiras quando se trata de aulas, debates e estudos sobre as demandas da população trans nos serviços de saúde e a respeito da saúde psicológica dessa população. Percebe-se como a discussão ampla sobre as condições de vida e acesso aos direitos são essenciais para promover mudanças na sociedade brasileira e garantir o cuidado e respeito pela vida da população trans.

Diante do exposto, o “Simpósio Transexualidade no Brasil: Dilemas e Perspectivas” veio para promover um momento de escuta, acolhimento, troca de conhecimentos e debates através de palestras e rodas de conversa *online*, que contaram com a presença de palestrantes trans, em sua

maioria.

O objetivo deste relato é discorrer sobre as etapas para a realização do simpósio, realizado de forma remota, bem como expor quais foram as dificuldades e vantagens ao realizá-lo. Somado a isso, relatar a conquista de aprendizados essenciais para a formação médica e para a atuação nos serviços de saúde, além de incentivar a realização de futuros eventos relacionados à saúde da população trans.

RELATO

A atividade “Simpósio Transexualidade no Brasil: Dilemas e Perspectivas” foi idealizada em uma Reunião de Planejamento de Atividades, com subsequente seleção dos 8 acadêmicos interessados em coordená-la. Após reuniões internas do grupo de organizadores, decidiu-se por realizá-la de forma remota, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), em quatro dias, das 19h às 21h, em duas semanas consecutivas, com inscrição gratuita e transmissão pelo YouTube. Cada semana contou com uma palestra e uma mesa redonda. Nesse contexto, priorizaram-se palestrantes envolvidos com a gestão de políticas LGBTQIA+, além de representantes da comunidade trans, garantindo o espaço de fala. Também foi definido como público-alvo a sociedade civil em geral, visando promover impacto para além da comunidade acadêmica.

A divulgação da atividade foi organizada de duas formas: elaboração das artes e estratégia de engajamento. A princípio, as artes do evento (figura 1) foram elaboradas por uma das coordenadoras, com escolha de paleta de cores que fazia referência à temática, bem como definição dos títulos em um léxico não acadêmico, com o objetivo de integrar o público-alvo. Além disso, decidiu-se por utilizar a estratégia de divulgação com uma semana de antecedência do evento, nas redes sociais *WhatsApp*, *Telegram* e *Instagram*, nas quais foram publicadas, até o dia do evento, sequências nos *stories* lembrando a programação.

A primeira palestra foi tematizada de “Acolhimento de pessoas trans na saúde” (07/04/2021), com a presença de uma ativista trans e um estudante de fisioterapia trans, momento que contou com exposição bem extensa sobre a importância do movimento LGBTQIA+, sobretudo com relação às contribuições para o acesso integral à saúde, além de relatos

dos palestrantes sobre vivências no SUS. Na semana seguinte, a segunda palestra foi sobre “Avanços e desafios na implementação das políticas de saúde pública para a população trans” (14/04/2021), com a presença de um especialista em Saúde Pública, a qual possibilitou uma visão mais burocrática e pragmática sobre as medidas governamentais diante das necessidades do grupo social. As mesas redondas foram iniciadas com o tema “Nuances da autoidentificação com sua identidade de gênero” (08/04/2021), com a presença de uma professora trans de argumentação, a qual utilizou o espaço para narrar sua trajetória sob viés pessoal e profissional, permeando suas dificuldades e conquistas no processo de autoidentificação. Por fim, houve a mesa redonda “Como é ser trans em um curso de saúde” (15/04/2021), com a presença de um biomédico trans, que detalhou como foi sua experiência universitária em meio ao processo de identidade com outro gênero, acrescentando quais os obstáculos e potencialidades de acolhimento na esfera acadêmica.

O envolvimento do público com a causa foi além de sua participação no evento, uma vez que os participantes não só o prestigiaram, mas também ajudaram na sua construção, a partir do envio de perguntas por um formulário, encaminhado com dois dias de antecedência à mesa redonda, e pelo *chat* ao vivo do YouTube, as quais foram apresentadas e respondidas durante as palestras. Ademais, foram exibidas, nos slides de apresentação do primeiro dia, algumas organizações não governamentais (ONGs) voltadas para a assistência à população trans, a fim de incentivar doações e apoio a essas instituições.

DISCUSSÃO

Fornecer visibilidade, reconhecimento e protagonismo é um dos pilares para que se reduza a grande marginalização e a exclusão dos processos sociais sobre a população trans, principalmente em um país tão transfóbico como o Brasil. Devido a isso, a atividade foi pensada para que esse espaço de escuta fosse além da comoção do dia 29 de janeiro, o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Nesse sentido, a metodologia de organização do evento trouxe alguns pontos referentes à modalidade *online* e ao caráter gratuito que seriam dificultados na modalidade presencial. Além do expressivo número de inscritos, foi possível atingir pessoas de todas as regiões do Brasil, assim como um público de diferentes áreas de atuação profissional: público em geral (6), estudantes da graduação de Saúde (225), estudante da graduação de Outras Áreas (69), profissionais da Saúde (45) e profissionais de Outras Áreas (10).

Diante da interação dos inscritos pelo *chat* do youtube, foi possível inferir não só quanto conhecimento foi agregado pelo simpósio, como também a falta de compreensão prévia dos inscritos sobre as nuances dos cuidados a essa população. Uma pontuação recorrente nos comentários foi a capacidade do evento em elucidar sobre as particularidades do atendimento à pessoa trans, previamente desconhecidas pelos inscritos, o que, apesar de demonstrar que um dos objetivos traçados para a atividade foi cumprido, é um indicador preocupante da

capacidade reduzida das instituições de saúde em formar profissionais capazes de manejar adequadamente as demandas das múltiplas diversidades humanas. Tal panorama pode abranger, entre outras, duas principais linhas de reflexão: os impactos da priorização do conhecimento técnico em detrimento da humanização por parte das escolas de educação médica e o quanto esse despreparo pode afetar a adesão do paciente ao tratamento sugerido.

Vale destacar que, ao tratar de diversidades humanas, estão inclusas todas as diferenças culturais, étnicas, ideológicas, religiosas, de gênero, orientação sexual, entre outras, que existem entre os seres humanos. Desse modo, a reflexão construída aqui inclui, mas não se limita à população trans.

Em primeira análise, tem-se que a negligência do compromisso com a humanização por muitas universidades exerce influência direta na formação de profissionais que, apesar de tecnicamente qualificados, oferecem um acolhimento pouco efetivo. As disciplinas que compõem o rol das humanidades médicas propiciam maior compreensão das expressões do sofrimento humano e das manifestações socioculturais dos adoecimentos, assim como de habilidades de comunicação e construção de vínculos que possibilitam a interação necessária a qualquer ato médico [8]. Desse modo, a inclusão expressiva - tanto em termos de qualidade quanto carga horária - dessas matérias na matriz curricular formal do curso de medicina tem o potencial de ampliar a capacidade de compreensão do profissional acerca da subjetividade que a irregularidade fisiológica em questão representa para o paciente, tornando-o mais capacitado a selecionar um itinerário terapêutico coerente com as necessidades físicas, emocionais e psicológicas do indivíduo além de promover um exercício de empatia e respeito, indispensáveis para uma anamnese de qualidade. É adequado destacar que a eficiência do impacto positivo das humanidades na formação médica depende de sua articulação com os saberes técnico-científicos e práticos ao longo de todo o curso. Nesse sentido, tais ajustes no currículo têm o potencial de reduzir a formação de profissionais passíveis a assumir posturas indelicadas no cuidado ao paciente, seja ele trans, seja parte de qualquer outra minoria social.

Foi abordado durante o Simpósio, também, as dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde, as quais ganham destaque o desrespeito ao nome social, a discriminação e o diagnóstico no processo transexualizador como principais limitações no acesso ao sistema de saúde. Em 2011, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais através da portaria nº 2.836, que normatizou o direito ao “uso do nome social de travestis e transexuais, de acordo com a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS” [6], porém na prática essas normativas não são respeitadas pelos próprios profissionais de saúde, repercutindo no medo e na recusa de procurar assistência médica por parte dessa população. Além disso, os avanços práticos efetivos, incluindo especialização de profissionais e instituições de saúde, estão limitados quase integralmente ao que diz respeito a cirurgias de redesignação sexual e controle de ISTs, a expressividade dessas conquistas no âmbito da atenção primária, por exemplo, é extremamente limitado [10].

Tendo em vista que na esfera do SUS esse grau de atendimento é porta de entrada para o usufruto do sistema como um todo e um dos principais campos de prática dos estudantes da saúde, tal realidade traz consequências significativas na qualidade de vida e acesso à saúde dessa população, além de reduzir a familiaridade e consequente naturalidade dos profissionais da saúde em formação em fazer uso dos recursos necessários para um atendimento adequado às demandas da população trans.

O domínio pleno de tópicos práticos, como o uso de preservativo em relações sexuais de múltiplos formatos, a eficiência das medicações utilizadas para o tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em que hábitos comuns entre essa população configuram comportamento de risco e os estudos acerca das consequências da interrupção do uso de medicações comuns no processo transexualizador, merecem mais atenção e investimento. Nesse sentido, a incompreensão acerca desses temas faz com que a vulnerabilidade pela falta de inclusão na saúde pública se mantenha [5], o que demonstra a importância do desenvolvimento dessa esfera de conhecimento, acompanhada de planos concretos para ampliar a capacidade humanística dos profissionais. Tais ações, voltadas para a captação definitiva desse recorte social ao sistema de saúde, auxiliam no processo de colocar um fim, principalmente, na tendência de culpabilização dos indivíduos trans por quadros de saúde ocasionados ou potencializados por seu estado de vulnerabilidade social.

É, através de pesquisas e estatísticas, que os órgãos públicos promovem planos de ação para tomadas de decisões nos problemas mais frequentes da população, porém a ausência de uma base de dados específica sobre a população trans e a inclusão desse recorte social nas pesquisas realizadas impedem que indicadores relativos ao cenário geral de saúde pública dessa população sejam notados e consequentemente intervenções efetivas se concretizem. A invisibilidade latente é um fator primordial para que a luta desse grupo seja silenciada e negada, impactando inclusive na falta de leis específicas, o que corrobora com a manutenção da violência excessiva sofrida por essa população, notável - apesar da ausência de inclusão da transfobia como causa nos boletins de ocorrência criminais na maioria dos estados brasileiros - por cenários como o fato da expectativa de vida média desta população ser de 35 anos. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pela pauta dos direitos da população, não apresenta avanços na produção de dados censitários, comprovando essa invisibilização[11].

Essa temática foi discutida no terceiro dia do simpósio pelo palestrante convidado que, segundo as impressões dos inscritos nos comentários durante a palestra, conseguiu esclarecer dúvidas ainda presentes sobre o tema e alertar aos participantes da necessidade de defender a implementação de novas políticas públicas, a fim de que essa exclusão social se erradique.

É importante salientar que houve duas intercorrências no evento. A primeira notada foi a resistência, por parte dos participantes, com relação às palavras-chaves, devido a problemas de conexão, aparelho utilizado e outros motivos, os quais foram encaminhados à coordenação e resolvidos prontamente. A segunda intercorrência consistiu na propagação de discurso de ódio por parte de uma participante do evento que minimizou a importância do movimento LGBTQIA+ e compartilhou falas problemáticas relacionadas a outras minorias, o que gerou reações adversas no *chat* do Youtube. Diante disso, os coordenadores optaram por privar o vídeo e fazer esclarecimentos aos participantes que entraram em contato.

Por fim, como limitação metodológica para a construção deste relato, pode ser citada a não aprovação pelo Comitê de Ética local, a tempo do evento, de um questionário que pudesse mensurar o nível de satisfação dos participantes. Apesar disso, a interação destes durante o evento demonstrou a visão positiva que os participantes tinham em relação à organização do simpósio. Além disso, há escassez de estudos brasileiros que avaliem alguns dos temas abordados pelos palestrantes (a exemplo da vivência de pessoas trans em cursos de saúde), o que limitou uma análise comparativa ao longo do texto. No entanto, iniciativas como a aqui descrita têm importância fundamental ao abrir espaços para discussões acerca do tema e incentivar o desenvolvimento de tais estudos.

CONCLUSÃO

Os resultados foram bastante positivos, tanto na expressividade do número de inscritos, que pode ter tido a influência pelo formato remoto do evento, quanto na riqueza do conteúdo abordado e discutido, sendo notável a interação do público com os palestrantes durante as apresentações por meio de perguntas no *chat*. Os questionamentos permitiram construir uma roda de conversa junto ao público, tornando o simpósio mais democrático, interativo e rico. Dificuldades foram vivenciadas em especial relacionadas à utilização da palavra-chave e comentários inapropriados feitos por um participante. Apesar dos avanços com a ampliação do conceito de cuidado em saúde, incluindo a população LGBT, o processo de saúde e adoecimento não é investigado de forma satisfatória, considerando as particularidades dessa população. Ainda existem desafios e discriminação que, associados à carência de conteúdos centrados nas demandas da população LGBT na matriz curricular dos cursos de saúde, dificultam ainda mais o usufruto do direito desse público. Com a finalidade de difundir o conhecimento e o respeito com a população LGBT, é importante que iniciativas como a do “Simpósio Transexualidade no Brasil: Dilemas e Perspectivas” ocorram com mais frequência, para ampliar o debate e a luta pelos direitos.

CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflito de interesse.

FINANCIAMENTO

Não houve financiamento, o evento foi completamente gratuito.

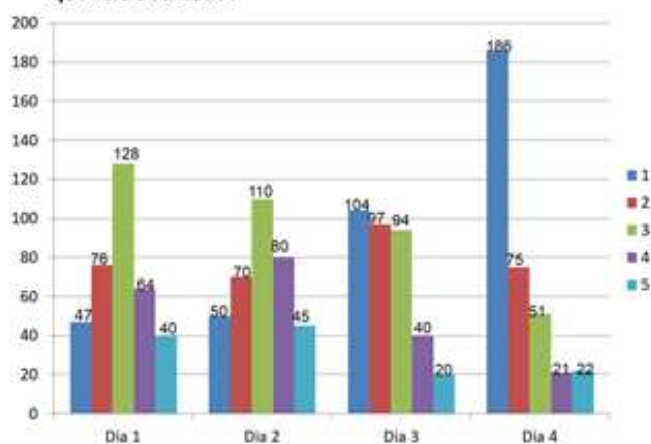
REFERÊNCIAS:

1. Dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020 [Internet]. Antra- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. [Acesso em 12 de Maio de 2021]. Disponível em:<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>
2. Pesquisa mostra aumento da violência contra pessoas trans no Brasil [Internet]. Agência Brasil de comunicação. [Acesso em 13 de Maio de 2021]. Disponível em:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/pesquisa-mostra-aumento-da-violencia-contra-pessoas-trans-no-brasil>.
3. Porchat P, Ofsiay M. Quem habita o corpo trans?. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 28, n. 1, e57698, 2020. [Acesso em 12 de Maio de 2021]. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100217&lng=en&nrm=iso.
4. Vieira, E, et al. Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 39, n. spe3, e228504, 2019. [Acesso em 10 de Maio de 2021]. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700304&lng=en&nrm=iso.
5. Rocon PC, et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: Nas entrelinhas da revisão integrativa. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e0023469, 2020. [Acesso em 12 de Maio de 2021]. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000100505&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06/03/2021.
6. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial da União 2011, 1 dez.
7. Rocon PC.; Rodrigues A.; Zamboni, J.; Pedrini, M. D. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 21, p. 2517-2526, 2016.
8. Barboza J, Felício H. Humanidades Médicas e seu Lugar no Currículo: Opiniões dos Participantes do Cobem/2017. Scielo. 2019. [Acesso em 12 de Maio de 2021]. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.1-20190155>
9. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ministério da Saúde. 2013. 1ª edição. [Acesso em 10 de Maio de 2021]. Disponível em:https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/03/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf.
10. Pereira L, Chazan A. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Medicina da Família e Comunidade. 2019. [Acesso em 12 de Maio de 2021]. Disponível em:<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/996051/1795-10932-1-pb.pdf#:~:text=O%20acesso%20C3%A0%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Prim%C3%A1ria,as%20mais%20impactantes%20ao%20acesso.>>
11. Leones, E. A invisibilidade da população trans nos bancos de dados do Estado reforça preconceitos e marginaliza ainda mais um grupo que luta para alcançar a garantia plena de direitos. Data_labe, [S. l.], p. 1, 5 nov. 2016. [Acesso em 9 de Maio de 2021]. Disponível em:<https://datalabe.org/transdados/>.

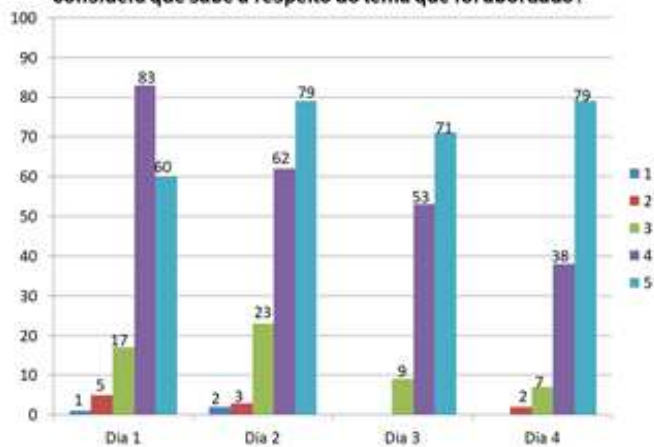


Fonte própria
Figura 1

A. De 1 a 5, quanto você considera que sabe a respeito do tema que será abordado?



B. De 1 a 5, após assistir a palestra de hoje, quanto você considera que sabe a respeito do tema que foi abordado?



Fonte Própria
Figura 2

A: Resultado do questionário feito no ato da inscrição.
B: Resultado do questionário feito após a realização de cada dia do simpósio.